

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.742 - PE (2019/0278185-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823**
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO E
OUTRO(S) - PE020670
PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463
CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983

RECORRIDO : **JOSE BEZERRA DO VALE NETO**
RECORRIDO : **JOAO NUNES XAVIER**
RECORRIDO : **MARLUCE GENEROSA DE OLIVEIRA**
RECORRIDO : **SEVERINO VALENTIM DOS SANTOS**
RECORRIDO : **EDITE MARIA DOS SANTOS**
RECORRIDO : **ROBERTO HENRIQUE DA SILVA**
RECORRIDO : **GINALVA MENDES LEITAO**
RECORRIDO : **MARILENE GOMES SILVA**
RECORRIDO : **ONILDA ALVES CORREIA**
RECORRIDO : **MARIA DE FATIMA LIMA DA SILVA**
RECORRIDO : **CICERO ALVES**
RECORRIDO : **EVERALDO CAVALCANTI DO REGO**
RECORRIDO : **IVONETE FREIRE DA SILVA**
RECORRIDO : **MARIA DE LOURDES FERREIRA DE LIMA**
RECORRIDO : **AGUINALDO JOSE BEZERRA**
RECORRIDO : **CLEMILDA ROSA SILVA**
RECORRIDO : **MARIA IRENE DA SILVA**
RECORRIDO : **JOSE DE OLIVEIRA FERREIRA**
RECORRIDO : **ANALIA SENHORINHA DO ESPIRITO SANTO SOUZA**
RECORRIDO : **LAZIO DA SILVA QUARESMA**
RECORRIDO : **MARIA DA GLORIA GOMES DOS SANTOS**
RECORRIDO : **LUIZ CARLOS RIBEIRO**
RECORRIDO : **LUIZ CANDIDO DE MORAES**
RECORRIDO : **LÊDA PEREIRA DA SILVA**
RECORRIDO : **SOLANGE LUCAS DE LIMA**
RECORRIDO : **VERA LUCIA MARIA SARMENTO**
RECORRIDO : **MARIA HELENA DA CONCEICAO**
RECORRIDO : **MARIA JULIA DA CONCEICAO**
RECORRIDO : **SOLANGE MARIA DE SOUZA**
RECORRIDO : **ONOFRE DAMIAO DOS SANTOS**
RECORRIDO : **JOSE FERREIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **MARCO ANTÔNIO DE FARIA BRASILEIRO E OUTRO(S) -**
PE022293

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ADMISSÃO DO SEGURO GARANTIA. POSSIBILIDADE. EQUIPARAÇÃO A DINHEIRO. PRECEDENTES. RECURSO

ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial apresentado por Sul América Companhia Nacional de Seguros, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.016):

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - APRESENTAÇÃO DE SEGURO GARANTIA JUDICIAL - EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 835 DO CPC/15 - CABÍVEL QUANDO A PENHORA REALIZADA COMPROMETER GRAVEMENTE A SAÚDE FINANCEIRA DO EXECUTADO VISANDO A HARMONIZAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E DA MENOR ONEROSIDADE AO EXECUTADO - CIRCUNSTÂNCIA NÃO VERIFICADA NOS AUTOS - MANTENÇA DA DECISÃO AGRAVADA - PROVIMENTO NEGADO - DECISÃO UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 1.026-1.038), a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, a violação ao art. 835, § 2º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, a necessidade de se admitir o seguro-garantia judicial no cumprimento provisório de sentença, haja vista que a norma processual o equiparou a dinheiro.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 1.071).

Admitido o processamento do apelo especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte (e-STJ, fls. 1.072-1.074).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, esta Corte Superior possui entendimento de que, na fase de cumprimento de sentença, é inviável a rejeição do seguro garantia judicial pelo credor, exceto quando for demonstrada a sua insuficiência, seu defeito formal ou sua inidoneidade da salvaguarda oferecida.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO

AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. VALOR. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. JUSTA CAUSA. VERIFICAÇÃO. NECESSIDADE. MULTA DO ART. 475-J DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE. TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO. PENHORA. SEGURO GARANTIA JUDICIAL. INDICAÇÃO. POSSIBILIDADE. EQUIPARAÇÃO A DINHEIRO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR E PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFICÁCIA DA EXECUÇÃO PARA O CREDOR. COMPATIBILIZAÇÃO. PROTEÇÃO ÀS DUAS PARTES DO PROCESSO.

[...] 9. No cumprimento de sentença, a fiança bancária e o seguro garantia judicial são as opções mais eficientes sob o prisma da análise econômica do direito, visto que reduzem os efeitos prejudiciais da penhora ao desonerar os ativos de sociedades empresárias submetidas ao processo de execução, além de assegurar, com eficiência equiparada ao dinheiro, que o exequente receberá a soma pretendida quando obter êxito ao final da demanda.

10. Dentro do sistema de execução, a fiança bancária e o seguro garantia judicial produzem os mesmos efeitos jurídicos que o dinheiro para fins de garantir o juízo, não podendo o exequente rejeitar a indicação, salvo por insuficiência, defeito formal ou inidoneidade da salvaguarda oferecida.

11. Por serem automaticamente conversíveis em dinheiro ao final do feito executivo, a fiança bancária e o seguro garantia judicial acarretam a harmonização entre o princípio da máxima eficácia da execução para o credor e o princípio da menor onerosidade para o executado, a aprimorar consideravelmente as bases do sistema de penhora judicial e a ordem de gradação legal de bens penhoráveis, conferindo maior proporcionalidade aos meios de satisfação do crédito ao exequente.

12. No caso, após a definição dos valores a serem pagos a título de perdas e danos e de astreintes, nova penhora poderá ser feita, devendo ser autorizado, nesse instante, o oferecimento de seguro garantia judicial pelo devedor, desde que cubra a integralidade do débito e contenha o acréscimo de 30% (trinta por cento), pois, com a entrada em vigor do CPC/2015, equiparou-se a dinheiro.

13. Não evidenciado o caráter protelatório dos embargos de declaração, impõe-se a inaplicabilidade da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. Incidência da Súmula nº 98/STJ.

14. Recurso especial provido.

(REsp 1.691.748/PR, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 07/11/2017, DJe 17/11/2017 - sem grifo no original)

No caso em tela, o acórdão recorrido não justificou a rejeição do seguro-garantia em nenhuma das exceções acima descritas, limitando-se a fundamentar a recusa nos seguintes argumentos (e-STJ, fls. 1.013-1.014):

Consoante Informativo nº 0615 do STJ, publicado em 06.12.2017, na

fase de cumprimento de sentença, é incabível a rejeição do seguro garantia judicial pelo exequente, salvo por insuficiência, defeito formal ou inidoneidade da salvaguarda oferecida.

Com efeito, o cerne da questão recursal limita-se a perquirir sobre o acerto ou desacerto embutido na decisão do magistrado de piso, que considerando-o inidôneo, indeferiu o seguro garantia judicial oferecido no cumprimento provisório, não obstante a discordância dos exequentes, ora recorrido.

Aduz o artigo 797 do CPC/15 que a execução realiza-se no interesse do exequente. Nesse contexto, é oportuno recordar que, na hipótese em apreço, perseguem os exequentes/agravados a recuperação estrutural dos imóveis com risco iminente de desabamento, visando no curso do cumprimento provisório da sentença, a liberação de valores para tanto.

Intimada, na origem, a seguradora agravante para efetuar o pagamento do ou apresentar impugnação nos termos quantum debeat dos artigos 520 e seguintes do CPC/15, a seguradora recorrida compareceu aos autos para impugnar os termos da execução, apresentando apólice de seguro garantia judicial para caucionar o juízo, sem fazer aludir a qualquer fenômeno que justificasse a singularidade da conduta.

Em que pese equiparar-se a dinheiro, não se pode olvidar que o Digesto Processual Civil expressamente firma a excepcionalidade de seu uso (art. 835, §2º, CPC/15), bem como a prevalência da penhora de pecúnia (art. 835, §1º, CPC/15). Ora, não obstante, produza os mesmos efeitos de dinheiro, o seguro garantia judicial não o é, efetivamente.

É que, diante dos entraves intrínsecos a sua operacionalização, o seguro garantia judicial gera insegurança aos exequentes/agravados, uma vez que, na prática, não garante tanto quanto a penhora em dinheiro. É o que se depreende, mormente, da cláusula que condiciona a liberação do vultu segurado ao prazo de 30 dias (8.2.1), ao trânsito em julgado da demanda (1.1 das Condições Especiais), bem como da cláusula que expõe a validade e termos para renovação/extinção do seguro, entre outras previstas na apólice oferecida.

A bem da verdade, não se pode olvidar que tais circunstâncias reduzem bastante a efetividade do título, além de possuírem capacidade de retardar o curso da execução para eventual discussão processual de tais questões. De outra banda, a penhora de pecúnia é genuinamente líquida e realizada nesse momento, certamente dispensará novas diligências e contendas judiciais na hipótese de o seguro não ter mais validade no curso do cumprimento de sentença.

Firme-se, portanto, que o princípio da menor onerosidade ao devedor (art. 805, CPC/15) não pode obstar o credor na persecução de seu crédito, afinal como cediço, o escopo do procedimento executório é a satisfação do crédito do exequente (art. 797, CPC/15).

Nesse contexto, entendo que a autorização presente no Código de Processo Civil para substituição da penhora, pelo seguro garantia judicial é, como consta expressamente no texto legal, que deve ser adotada apenas quando medida excepcional necessária para harmonizar a necessidade de se garantir a satisfação integral do exequente com a efetivação do princípio da menor onerosidade ao executado, conjuntura que, não emerge dos autos, diante da

Superior Tribunal de Justiça

inexistência de risco de dano grave à seguradora exequente ou de qualquer circunstância capaz de justificar a excepcionalidade da medida.

De tal modo, convenço-me, portanto, da manutenção da decisão requestada uma vez que, na espécie, NÃO restou demonstrado, a lesão grave e difícil reparação.

Depreende-se, portanto, que o entendimento adotado pela Corte *a quo* está em desacordo com a jurisprudência do STJ, tornando imperiosa a sua reforma.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar ao Magistrado de primeiro grau que aceite o seguro-garantia apresentado pela recorrente no cumprimento de sentença.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator